

Subjetividade e Poder

O indivíduo, que ganha o 'direito' de exercer sua subjetividade, não está livre, no entanto, para manifestar e exercer esta liberdade na vida em sociedade, seguindo seus interesses e vontades. A pressão moderna (e ainda pós-moderna) para 'domesticar' ações e comportamentos – cria, assim, uma situação de dubiedade: se por um lado o indivíduo se vê excitado e deslumbrado para manifestar sua individualidade, por outro, o sistema social, busca direcioná-lo para normas. Se não aquelas anteriores - modernas - as contemporâneas, manifestadas nas redes sociais e na geração de culturas e comportamentos.

(...) Podemos concordar em que formamos as pessoas para a sua individualidade e ao mesmo tempo para sua função na sociedade?
(...) No mundo em que nós vivemos esses dois objetivos não podem ser reunidos. A ideia de uma espécie de harmonia (...) entre o que funciona socialmente e o homem formado em si mesmo, tornou-se irrealizável (ADORNO, 2000, p. 154)

Na sociedade do espetáculo, de Debord (2007), o sujeito passa a seduzir e ser seduzido – ou seja, passa a preencher este espaço emocional – não tendo apenas como 'motor' suas relações afetivas, mas, também se 'movimenta' com base em suas relações de consumo.

(...) O espetáculo promove o consumo de imagem, de sexo e de “coisas felizes”. Esse consumo tem funcionado como substituição a ansiolíticos, conversas, trocas íntimas, leituras interessantes, contatos com a natureza, escuta de boa música, aos prazeres legítimos da vida ou até mesmo aos prazeres orgásticos(...) a sexualidade é destituída de libido e veiculada na mídia não como proposta feliz, mas como marketing para seduzir o mercado, para vender qualquer bugiganga, para erotizar qualquer produto. “Esvaziada a sexualidade de seu objeto relacional, o outro já não conta como sujeito, resta tornar-se objeto” (CARIDADE, 1999, p. 18-19).

A cultura do consumo, estabelecida, trabalha a ideia do indivíduo tanto como objeto, quanto como objetivo, tanto uma ideia de ator econômico quanto do uma ideia de ator social. O indivíduo se vê, nesse sentido, representado por sua atuação/atividade no meio da produção e do consumo, onde distintos significados associados à produtos e marcas vão se combinar para lhe conformar.

Conduzir, regular e normalizar uma população não requer unicamente a extração de saberes sobre ela – como o vem fazendo a antropologia, a psicologia social, a demografia, entre outros. Além disso, há necessidade de se produzirem registros sobre essa população, para propor, para acompanhar e para avaliar

¹ Como citar: REIS FILHO, Paulo. Subjetividade e Poder. Artigos Técnicos. Laboratório de Cenários da Agência UFRJ de Inovação. Ano.4. Vol.35, 2020. Disponível em:
http://www.inovacao.ufrj.br/images/vol_35_subjetividade_poder_2020.

intervenções, quantificando os seus aspectos mais característicos e de interesse, formulando saberes para depois disponibilizá-los aos governos e às sociedades" (TRAVERSINI & BELLO, 2009, p.137).

A subjetividade se manifesta na interação com o mundo, com o meio, com as coisas, pessoas e instituições. A consciência dessa estrutura, por parte do indivíduo, vai implicar na caracterização e conformação de sua identidade e será exercida nas dimensões social e individual:

(...) a subjetividade pode ser descrita por meio de 'formas da consciência': o eu, a pessoa, o cidadão e o sujeito epistemológico. O eu é a identidade, formada das vivências psíquicas; é a forma de conhecimento singular (...) A pessoa é a consciência moral (...) O cidadão é a consciência política (...) O sujeito epistemológico é a consciência intelectual (...) (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2000, p. 24)

"(...) O fenômeno psicológico deve ser entendido como construção no nível individual do mundo simbólico que é social. O fenômeno deve ser visto como subjetividade, concebida como algo que se constituiu na relação com o mundo material e social, mundo este que só existe pela atividade humana. Subjetividade e objetividade se constituem uma à outra sem se confundirem" (BOCK, 2004, p.6)

A subjetividade representa um macro-conceito orientado à compreensão da psique como sistema complexo, que de forma simultânea se apresenta como processo e como organização. O macro-conceito representa realidades que aparecem de múltiplas formas, que em suas próprias dinâmicas modificam sua auto-organização, o que conduz de forma permanente a uma tensão entre os processos gerados pelo sistema e suas formas de auto-organização, as quais estão comprometidas de forma permanente com todos os processos do sistema. A subjetividade coloca a definição da psique num nível histórico-cultural, no qual as funções psíquicas são entendidas como processos permanentes de significação e sentidos. O tema da subjetividade nos conduz a colocar o indivíduo e a sociedade numa relação indivisível, em que ambos aparecem como momentos da subjetividade social e da subjetividade individual (GONZALEZ REY, 2001, p.1)

(...) o subjetivo retém em si o objetivo que ele nega e que supera em direção de uma objetividade nova; e esta nova objetividade, na sua qualidade de objetivação, exterioriza a interioridade do projeto como subjetividade objetivada(...) (SARTRE, 1984, p.154)

A cada ação, reação e manifestação resultante, a trajetória de cada indivíduo vai marcando seu caminho e registrando a expressão de seus valores e significados, "cada perspectiva considerada, encontramos aí o homem total objetivando-se num determinado sujeito" (Maheirie, 1994, p.122). É por meio destas relações que estabelece com o meio que o indivíduo 'aplica' sua humanidade às relações com as coisas - o conjunto destas intervenções e aplicações de significados estariam na essência da formação da própria ideia de cultura.

(...) a noção de identidade tem como estrutura a (...) perspectiva analítica que contém em si mesma a possibilidade de fugir tanto das metanarrativas quanto do relativismo absoluto, bem como a possibilidade de garantir o respeito à alteridade e, ao mesmo tempo, de proteger-se contra o estranho (SAWAIA, 1996, p. 83)

Foucault (1977) aponta as formas de disciplinar o sujeito, na perspectiva de dar suporte aos arranjos sociais. A disciplinas, a organização em segmentos, casas, lugares e filas, são parte essencial dos arranjos sociais complexos. Para o autor, estas estruturas, tanto quanto os espaços arquitetônicos das cidades, retratam aspectos relacionais, funcionais, emocionais e hierárquicos, portanto, culturais. Arranjos, esses, que acabam por excluir, fixar, atrair ou repelir sujeitos. Arranjos que determinam as regras, as formas de ação na reação, de exposição e reclusão, de clausura e circulação. Determinam a ocupação de lugares, caracterizam as reivindicações de pertencimento e indicam os tipos de valores que os sustentam. Esta forma de organização, acaba por garantir o funcionamento da sociedade, ao passo que garante a 'obediência dos indivíduos', que, de forma 'disciplinada', são afastados do senso de confusão das cidades e são conduzidos ao que seria a 'sociedade organizada'. (Foucault, 1977, p.135)

É um mecanismo de poder que permite extrair dos corpos tempo e trabalho, mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente por vigilância e não de forma descontínua por sistemas de tributos e de obrigações crônicas. (FOUCAULT, 1999a, p.42)

As sociedades disciplinadas, então, passam a ser ordenadoras de sujeitos 'dóceis', buscando assegurar a produção ordenada, para que a engrenagem funcione de modo fluido e contínuo. Assim, associa o crescimento econômico do país, a submissão à esse tipo de força invisível, que exerceria, sobre todos nós, o poder de localizar e determinar os papéis que cabem a cada um, sejam nas dimensões sociais, políticas, econômicas, industriais, etc. (Foucault, 1977, p.191).

Assim, a vigilância hierárquica, resultante e decorrente desse processo, que nas inter-relações entre indivíduos e instituições, acaba por permitir a existência de um determinado tipo de poder autopoietico – no qual um sistema moral imposto, indica o que seria ou não normal, o que seria ou não correto, o que seria ou não factível (Foucault, 1999b, p.88).

Referências

- ADORNO, T. Educação e emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- BOCK, A. M. B. (2004). A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para a psicologia atual. Psicologia America. Latina (online). fev. 2004, no.1.
- CARIDADE, A. A Construção cultural da sexualidade. In: RIBEIRO, M. (Org.). O prazer e o pensar: orientação sexual para educadores e profissionais de saúde. São Paulo: Editora Gente/CORES, 1999.
- DEBORD, G. A sociedade do espetáculo. RJ: Contraponto, 2007.
- FEATHERSTONE, M. Cultura de Consumo e Pós-modernismo. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- FOUCAULT, M. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.
- FOUCAULT, M. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau, 1999b.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, P. O que é filosofia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- GONZALEZ REY, F. A pesquisa e o tema da subjetividade em educação. 2001.

MAHEIRIE, K. A genor no mundo: um estudo psicossocial da identidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.

MELO, S. Corpos no espelho: a percepção da corporeidade em professoras. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

SARTRE, J. Questão de Método. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

SAWAIA, B. A temporalidade do “agora cotidiano” na análise da identidade territorial. Revista Margem. n.5, p.81-95, dez, 1996.

TRAVERSINI, C.; BELLO, S. O Numerável, o Mensurável e o Auditável: estatística como tecnologia para governar. Educação & Realidade. V.34, n.2, p. 135-152, maio/ago, 2009.